

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT) – Comunicação de**

Líder: Uma boa tarde a todos e a todas. Em nome do Partido dos Trabalhadores, iniciamos esta quarta-feira, enquanto estamos aqui, lá no Congresso Nacional, o Ministro da Justiça, Sérgio Moro, está respondendo às perguntas de senadores, Ver. Tessaro. E, cada vez fica mais claro que houve, sim, o uso do sistema de justiça para condenar injustamente o ex-presidente Lula. E quando eu digo isso, quero lembrar que as principais leis anticorrupção, inclusive a da

delação premiada, foram fruto de debate e sanção nos governos do Partido dos Trabalhadores. Então, quando eu faço essa fala aqui não é de forma alguma que vou ser contra qualquer tipo de investigação, eu quero lembrar aqui dos dados comparativos entre a quantidade de operações que a Polícia Federal, nos governos Lula e Dilma, fizeram em relação aos governos anteriores é, eu não quero aqui errar no dado, mas é uma proporção inquestionável, se eu não me engano, foram 5 mil operações contra 20 ou 30 operações nos governos Fernando Henrique Cardoso. Então, quem sobe à tribuna ou quem fala em conversas privadas ou publicamente que criticaram a forma, entre aspas, como a justiça está sendo feita no Brasil. O Ministério Público que pergunta a um juiz e um juiz que determina como o Ministério Público deve proceder para conseguir uma condenação. Eu fico pensando, aqui, se temos, efetivamente, uma Justiça que deveria, com a venda, simbolizar que é imparcial, e, portanto, o Ministério Público é uma das partes; e se ele é uma das partes, existe uma outra parte que deve ser tratada com equidade, e não numa relação, como está parecendo pelas conversas que o The Intercept tem mostrado, essa relação injusta, eu diria, corrupta – dá para se dizer – com o sistema de justiça, que deveria ser imparcial.

Repito: isso não tem nada que ver com ser contra o combate à corrupção.

Então, aguardamos as próximas informações que o The Intercept está mostrando ao País, mas, efetivamente, esse direcionamento e esse ativismo político de quem está à frente de instituições que deveriam ser imparciais – e aqui não estou falando em neutralidade, porque não existe. Sabemos que mesmo quem julga traz consigo uma visão de mundo e suas preferências, mas na hora de julgar não deve ter nenhum relacionamento de parcialidade.

Fico sempre lembrando aqui do Presidente Bolsonaro, quando foi convidar o então juiz Sérgio Moro para ser seu ministro. Depois de perguntado como o Moro recebeu o convite, ele manifestou que parecia um estudante que estava recebendo o seu diploma. Parecia que tinha feito o serviço, ou seja, tirado da eleição o ex-presidente Lula, e, por isso, mereceria um prêmio, e o seu prêmio era ser Ministro da Justiça.

É nesse contexto que estamos vivendo. E aqui é uma preocupação com o estado democrático de direito. Fiquei pensando se esse juiz, por exemplo, ou qualquer juiz ou juíza tivesse o mesmo tipo de relacionamento com um advogado da defesa, orientando o advogado de defesa no sentido de como fazer para inocentar o réu. Então, seria uma desproporção tamanha, no caso aqui estou exemplificando, essa relação ter sido feita com o Ministério Público, desvirtuando essa ideia da imparcialidade, tão necessária na Justiça.

Fica a nossa preocupação, é um momento de crise; essa, sim, institucional. Falava-se tanto que as instituições no Brasil estavam funcionando, essa demonstração das mensagens que têm saído... E não adianta ficar procurando quem vazou as mensagens, qual foi o sistema. O fato é que elas estão aí e elas precisam ser respondidas com os teores que elas estão trazendo. Fica o nosso lamento, torcendo que a democracia se restabeleça nas constituições imparciais e verdadeiramente democráticas. Muito obrigado.

(Texto sem revisão final.)